Nº 70 AGOSTO/2008

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Nunca como Dantas

O que a prisão de um escroque pode revelar sobre as entranhas do Brasil

Página 2

Juventude convoca caravana

Página 4

Mexeu com o MST, mexeu comigo

Páginas 6 e 7

Yulo Oiticica fala da eleição na Bahia

Página 12

Esta edição de Página 13 cumpre a promessa da edição anterior, trazendo nas páginas centrais uma matéria sobre o ataque do Ministério Público do Rio Grande do Sul contra o Movimento Sem Terra.

A porção ridícula e retrógrada deste ataque fica mais evidente, quando lembramos que ele acontece exatamente no estado cuja governadora está envolvida, até o último fio dos cabelos, em denúncias de corrupção. Mas o fascismo sempre tem uma porção ridícula, sem com isso deixar de ser perigoso.

A tentativa de criminalizar os movimentos sociais não é nova, no Brasil; por aqui já se disse que a questão social é um caso de polícia. Mas, no atual contexto brasileiro e latino-americano, esta criminalização faz parte de um plano maior: fazer retroceder o avanço da esquerda latino-americana.

Lembremos alguns pontos deste plano: a volta da IV Frota norte-americana, a derrota do governo Cristina Kirchner no senado argentino, o movimento separatista na Bolívia e o referendo revocatório do próximo dia 10 de agosto, os sucessos do governo Uribe na Colômbia, a ofensiva contra o petróleo mexicano...

Está óbvio que este plano passa pelo Brasil e nada, absolutamente nada do que se passa no país, pode ser visto sem a lente da política. Isto vale para a violência contra os pobres no Rio de Janeiro (ver artigo de Flávio Loureiro, na página 2), para as concessões da UNE à TV Globo (páginas 4 e 5), para a batalha em torno da TV pública e da chamada convergência digital (página 10) e até mesmo para temas como a volta das disciplinas de filosofia e da sociologia ao ensino médio.

Quando falamos de política, muita gente entende eleição. Falamos disto, na entrevista de Yulo Oiticica (página 12) e numa breve análise do quadro eleitoral, na página 7. Mas a política vai muito além das eleições. Um bom exemplo disto é o caso Daniel Dantas.

Copiando o velho Brecht, o que é um assaltante de banco, perto de um banqueiro?

Deste ponto de vista, não temos dúvida em dizer que gostaríamos de ver Daniel Dantas na cadeia, acompanhado de sócios, clientes e alguns funcionários graduados, inclusive certos lobistas que se fantasiam de advogados.

Pelo mesmo motivo, gostaríamos que Dantas contasse tudo, desde seus tempos de protegido de Simonsen (um destes intelectuais que serviram à ditadura e depois são lembrados por gostar de Ópera) e de ACM, passando por seu quase ministério durante o governo Collor, mas principalmente sobre o que aconteceu durante as privatizações no governo FHC, onde ele fez sua fortuna e seus maiores negócios.

Por motivos idênticos, esperamos pela divulgação da nominata dos quase 100 investidores do Fundo que Dantas mantém num paraíso fiscal caribenho, dinheiro de gente muito rica, que saiu do Brasil ilegalmente.

Divulgação

Olhando bem, se enxergam as orelhas do Daniel

Da mesma forma, queremos que venha a luz tudo, absolutamente tudo, sobre as tentativas que Dantas fez, desde 2003, para se aproximar do PT e do governo. Seus vínculos com o valerioduto, seus lobbies junto a dirigentes e governantes petistas, sua atuação empresarial. Quanto mais luz, melhor. Mesmo que isso custe algumas decepções e algumas surpresas.

Evidentemente, ao defendermos isto, é preciso deixar claro que, preso Dantas, nossa sociedade continuará dantesca em muitos aspectos.

Aliás, entre os que torcem e trabalham para atrapalhar e/ou encarcerar Dantas, há gente boa, mas também há gente simplesmente a serviço de outras quadrilhas, ou melhor, concorrentes. Na Justiça, na Polícia Federal, na imprensa e no Congresso, há de tudo. Neste sentido, o melhor lema é duvidar de todos, até muitas provas em contrário.

Até porque o modus operandi de Dantas é o adotado por 10 em cada 10 grandes capitalistas, qual seja: colocar o Estado à seu serviço. Que o façam muitas vezes burlando a lei, também faz parte do jogo, pois a Lei não pode dizer de maneira explícita o que todos sabem: que o grande capital financeiro e monopolista não sobrevive sem o apoio do Estado, sem a proteção do Estado, sem o estímulo do Estado, sem a ajuda do Estado,sem o empréstimo do Estado.

Daí não se deduz, como parecem pensar alguns amigos que resolveram prestar serviços a Dantas, que tanto faz. Tanto faz, apenas se nossa única alternativa fosse, entre diferentes e equivalentes bandos, escolher com quem nos aliaremos.

Se nossa escolha é outra, convém começar a politizar o debate. O tema do financiamento público das campanhas eleitorais, por exemplo. É preciso impedir que grandes empresários comprem parlamentares e governantes, através do financiamento privado das campanhas eleitorais. É preciso reduzir a influência do (com a licença de Paulo Henrique Amorim) PIG na formação da opinião pública e da opinião publicada brasileira. É preciso ampliar a presença do Estado e reduzir a presença dos monopólios privados, inclusive nos serviços que foram privatizados durante a era FHC e também no setor financeiro.

Como nada disto anda, como os grandes impasses do Brasil não encontram solução pelas vias da institucionalidade, eles transbordam através dos canais disponíveis: a criminalização; a policialização; a judicialização.

Aqui e ali, estes canais podem ajudar momentaneamente os interesses populares. Mas não vamos nos iludir com os efeitos disto, no médio e longo prazo. Aí está a Itália para nos demonstrar que o produto final de uma Operação Mãos Limpas pode ser Berlusconi.

Assim, se a esquerda pode contribuir com algo neste processo, é politizando o processo, mostrando como criar soluções permanentes e estruturais que interditem não apenas Dantas, mas que interditem também o universo dantesco.

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. **Direção Nacional da AE:** Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), José Correia Neto(SE), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fernando Nascimento (PE), Geraldo Cândido (RJ), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), Janete da Costa Godinho (SC), Jonas Valente (DF), Larissa Sousa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Pere Petit (PA), Rafael Pops (GO), Rafael Pinto (SP), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Saulo Campos (MG), Talita Cardoso (PA),Valter Pomar (SP). **Edição:** Valter Pomar. **Projeto Gráfico:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961). **Diagramação:** Sandra Luiz Alves. **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer. Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 160 - conj. 11 CEP 01019-000- São Paulo/SP. E-mail: vpomar@hotmail.com Matérias assinadas não expressam, necessariamente, a posição da Articulação de Esquerda.

Morte e vida na Providência

Flávio Loureiro

A morte dos jovens David Wilson Florêncio da Silva, 24 anos, Wellington Gonzaga Costa, 19 anos, e do menor Marcos Paulo da Silva, 17 anos, moradores do Morro da Providência (centro do Rio), executados após serem entregues por militares do Exército a integrantes de uma facção rival a que controla a venda de drogas no morro onde moravam as vítimas, além de causar consternação, acrescentou mais um capítulo ao permanente (e necessário) debate sobre a violência no Rio de Janeiro. Desde as suas raízes até as formas de enfrentá-la, para reduzi-la, como se diz, a níveis toleráveis ou civilizados.

É um debate que envolve questões complexas. Uma delas se remete aos traços culturais e ideológicos dominantes no atual e regressivo período histórico, onde grassa a competição, a exclusão social e tudo é reduzido a mera mercadoria.

Um cenário de deterioração do tecido social e das relações de convivência, que se reflete no apartamento social ao qual são submetidos bilhões de seres humanos no planeta e, no caso brasileiro, nas condições precárias de existência de uma parcela da população, que vive nas periferias das grandes cidades, principalmente nas capitais dos estados do Sudeste, que concentra o maior volume de negócios, recursos e bens do país. Enfim, na sedimentação de um terreno fértil para a expansão da violência e da criminalidade.

Resultante de fatores de tamanha magnitude, que em cada canto do planeta e do país se afiguram de forma diferenciada, o seu enfrentamento é de uma enorme complexidade. Ao mesmo tempo em que se deve ter clareza das suas causas, para se fugir de soluções messiânicas, é necessário também ter respostas imediatas para ele, já que o pano de fundo dessa ópera macabra é uma juventude que está se esvaindo metafórica e literalmente, nas periferias do Rio de Janeiro e uma população cada vez mais assustada. Por isso, permeável a qualquer forma que se afigure capaz de combater a violência e a criminalidade. Mesmo aquelas mais brutais que, incensadas por apelos midiáticos, transmitem uma tênue sensação de segurança, em parte por isso as preferidas pelo poder público, mas de pouca eficácia comprovada.

Por um lado há o poder público, que ao mesmo tempo em que tem a tarefa de reprimir aquelas atividades criminosas, convive no interior das suas representações executiva, judiciária e legislativa, com agentes públicos que emprestam cobertura àquelas atividades, a serviço da mão "invisível" do mercado e dos grandes distribuidores das chamadas drogas ilícitas, que, segundo os dados existentes, é o fator em torno do qual se alimenta e expande a maior parte da violência e da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro; por outro, há a face mais visível desse processo, localizada nas comunidades faveladas, que devido à ausência do Estado e das condições topográficas e de acesso próprias, é onde o comércio de varejo das drogas se realiza de forma regular e em determinadas situações representa a única opção de mercado de trabalho e de ascensão social.

O recente surgimento das chamadas milícias, envolvendo policiais e ex-policiais civis e militares, disputando espaço nas comunidades com as facções de traficantes, apenas desnuda o destacado no parágrafo anterior em relação à conivência de setores do poder público com a criminalidade, Embora a princípio se manifeste pelo controle e exploração do transporte alternativo, de distribuição de gás, instalações clandestinas de serviços de internet nas comunidades e venda de proteção aos comércios locais, as milícias, que buscam se legitimar no combate paralelo ao tráfico, se não for desmontado, logo estenderão seus tentáculos ao lucrativo comércio de drogas.

Outro fenômeno que deve ser observado é o surgimento de quadrilhas formadas por jovens oriundos de extratos da classe média carioca, que praticam roubos e assaltos, em geral com o objetivo de obter financiamento para consumo e venda de drogas ilícitas. O que, em parte, desmonta a associação direta e única que se faz da violência com as áreas pobres da cidade, e desvela causas mais profundas, que precisam de ações em diferentes níveis e graus de responsabilidades, ao invés da mera e brutal repressão policial às comunidades faveladas, que além de não tornar a cidade mais segura, coloca no topo da estatística nacional a polícia do Estado do Rio, como a que mais mata e a que mais morre.

Enfim, para além dos seus aspectos ideológicos e culturais, que só uma nova ordem mundial pode dar conta, e sócio- estruturais,

Wilson Dias-ABr

Pedir desculpas é bom, mas não basta

que podem obter respostas através de programas do governo Lula, como o PAC e o Pronasci, o centro da questão da violência e da criminalidade no Rio de Janeiro está na forma de se tratar a questão do consumo e distribuição das drogas chamadas ilícitas: seja em relação a mudanças na legislação vigente, seja a partir da repressão mais eficiente e inteligente a entrada e circulação delas no país e sobre os agentes públicos que a esse comércio dão cobertura, ou seja, em relação a políticas educativas de redução de danos e de apoio aos usuários dependentes.

*** Jornalista**

JUVENTUDE

Caravana jovem

TÔ VENDO UMA ESPERANÇA!

Rodrigo César

A Direção Nacional da JPT realizou um planejamento de suas ações no segundo semestre de 2008, com foco na intervenção da juventude nas eleições 2008 e na Caravana Nacional da JPT.

Uma das primeiras ações desenvolvidas para construir esta intervenção foi o lançamento da "Carta da JPT aos Diretórios Municipais", que incentiva o apoio às candidaturas jovens, inclusão de jovens nos Grupos de Trabalho Eleitorais e nas coordenações de campanha, bem como a elaboração de programas de governo e plataformas eleitorais na temática de juventude.

A Carta aponta a necessidade de envolvimento de todo o partido, para "estabelecer um canal de diálogo prioritário com o segmento jovem dos municípios" e, com isso, "construir políticas universais e setoriais a partir das demandas apresentadas pelos jovens e suas diferentes realidades".

No planejamento, a Direção da JPT aprovou a confecção de uma cartilha, com proposta de diretrizes de programa de governo no tema juventude, além de materiais específicos para dar "cara própria" às campanhas de juventude dos/das candidatos/as petistas.

Nas diretrizes, é reforçado o papel do PT como referência nas políticas de juventude, enfatizando a participação popular na sua proposição, formulação, execução, fiscalização e avaliação. O documento também afirma que nossa presença nos executivos e legislativos municipais deve servir para o fortalecimento institucional que o tema demanda, para se tornar uma política de Estado, exigindo a criação de órgãos específicos que coordenem as políticas de juventude (secretarias, coordenadorias, superintendências etc.).

A Caravana Nacional da JPT será realizada durante as eleições, devendo ser um grande momento de expressão pública da juventude petista, contribuindo para que os/as jovens que se aproximam do PT a partir das campanhas se organizem na JPT após as eleições.

O envolvimento de todo o PT, em especial das secretarias estaduais da JPT, será fundamental para mobilizar a juventude e ajudar os municípios para preparar a chegada da Caravana, garantindo agendas e atividades de muita visibilidade.

Devemos compreender a Caravana Nacional como um processo mobilizador da juventude petista, que revigore o caráter militante do PT e ajude a organizar jovens no interior de nosso partido.

*** Coordenador de relações internacionais da JPT**

ESTUDANTES

A gente não se vê por aqui!

*Bruno Elias, Daniel Damiani, Larissa Campos e Tássio Brito**

Nos marcos dos 70 anos de história e lutas da União Nacional dos Estudantes, compreendemos como inadmissível a veiculação ocorrida há algumas semanas pela TV Globo, de vinheta alusiva à campanha de reconstrução da sede da UNE da praia do Flamengo, no Rio de Janeiro.

A campanha da UNE, de reconstrução de sua sede histórica, destruída pela ditadura civil-militar, é legítima e merece o apoio do conjunto do movimento estudantil. Mas vinculá-la a um órgão de comunicação com a trajetória das Organizações Globo é uma afronta à memória das lutas estudantis. Ademais, tal decisão não foi objeto de nenhuma discussão na entidade, desrespeitando os fóruns da UNE e surpreendendo vários de seus diretores, que assistiram pela TV a propaganda.

Erro semelhante já havia sido cometido na gestão anterior da entidade, quando da realização do Projeto Memória do Movimento Estudantil em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Fazer este debate, portanto, não é uma disputa menor. A postura de um movimento social também é pedagógica e deve localizar claramente o campo de disputa em que atuamos.

A Globo, por sua vez, dispensa apresentações. Controlando vastos campos da comunicação no país (rádio, TV, imprensa, internet etc.), a empresa da Família Marinho é uma das maiores expressões de um sistema marcado pelo monopólio e pela confluência de poderosos interesses políticos e econômicos. A postura de porta-voz da classe dominante assumida pela empresa, é facilmente percebida na reprodução de valores culturais, padrões de comportamento e opinião política.

Sem apelos ufanistas ou saudosismo, seguimos defendendo a UNE com espaço privilegiado de articulação e unidade do movimento estudantil nacional. Não estamos entre aqueles que optaram pela saída fácil do divisionismo, impulsionando a criação de "novas" entidades a partir de seus interesses particulares e reproduzindo em escala maior a política de aparelhamento, até então criticada na UNE.

Contudo, compreender como erro a divisão dos instrumentos historicamente construídos pela classe trabalhadora e pela juventude, não impede (pelo contrário) que reflitamos de forma crítica sobre suas ações, que apontemos propostas e métodos alternativos de direção e que sigamos na luta disputando seus rumos e reivindicando a UNE em cada greve, mobilização e ocupação estudantil.

Para os movimentos sociais, a luta pela democratização dos meios de comunicação no país é tarefa fundamental. Trata-se de um bom combate em defesa do direito da população de ter meios e condições para se informar e se expressar e contra veículos que não raro reforçam a criminalização dos movimentos sociais.

Este é o campo da UNE. O campo das reformas estruturais, da luta política travada pela democratização profunda de nossa sociedade. É esta postura que os estudantes brasileiros esperam da UNE. A mesma postura percebida quando de maneira acertada a entidade assumiu como bandeira do movimento estudantil a luta pela não renovação das concessões de rádio e TV, expiradas no mês de outubro do ano passado. A postura de quem sabe que, ao contrário do que sugere a vinheta exibida, na Globo a "gente NÃO se vê por aqui".

*** Diretores da UNE**

Sob nova direção

Luiz Veronezi

O CPERS/sindicato completou 63 anos de existência como entidade gaúcha de representação dos professores e funcionários. Com cerca de 120 mil trabalhadore(a)s na base, o Cpers/Sindicato tem 86 mil filiados, o que o torna o segundo maior sindicato da América Latina, algo que por si só nos impõe uma grande responsabilidade nestes tempos de neoliberalismo galopante.

Nestes anos todos, acumulamos muitas conquistas salariais e de carreira, tais como: o plano de carreira para professor (1974) e no governo do companheiro Olívio Dutra (2000), o plano de carreira dos funcionários, triênios, qüinqüênios, jornada de trabalho de 32 horas (em 40h) e eleição direta para direções de escolas com autonomia de gestão.

Estas conquistas não são nenhum privilégio, pois elas apenas garantem um salário semi-digno, uma vez que o nosso básico para 20 horas é de apenas R$ 278,00. Além do mais, hoje muitas destas conquistas estão sendo ameaçadas por uma governadora neoliberal, Yeda Crusius, que vê a educação como gasto, não como investimento.

Além de cortar 30% das verbas de repasse para as escolas, constantemente os jornais têm noticiado a sua proposta, chamada de Contrato de Gestão, onde o diretor perderá o cargo se tiver avaliação negativa por duas vezes, sob os critérios de reprovação e evasão zero, como se estas coisas fossem de pura responsabilidade dos diretores.

Também os professores e funcionários sofrem esta ameaça, de perca de sua nomeação, uma vez que desde a emenda 20, temos no serviço público uma estabilidade relativa. Além disto temos os inúmeros decretos que vão desde a impossibilidade de fazer cursos em dia de aula, até o risco de ficar doente e perder o seu contrato de trabalho.

È neste contexto tremendamente adverso, que uma nova diretoria do CPERS/sindicato está assumindo a gestão da entidade. Já fizemos várias reuniões de trabalho e planejamento para esta nova gestão, onde aprovamos como resposta a estes ataques as seguintes propostas:

a) formação consistente e sistemática da categoria para melhorar o nível de consciência de classe e propiciar uma nova elaboração política, a começar por uma jornada pedagógica;

b) ações organizadas com todos os sindicatos de servidores públicos, no sentido de desgastar o governo, uma vez que o mesmo está com a popularidade baixa e em plena queda;

c) diálogo e mobilização da sociedade para termos respaldo da mesma no curto prazo e a longo prazo, mudança de projeto político.

Sabemos que não será fácil, mas se não há bem que dure sempre, também é verdade que não há mal que não se acabe...

***Diretor do CPERS/sindicato**

Um passo importante

Lício Lobo

Esta edição do Página 13 circula dias após a conclusão do Curso de Formação de Formadores da AE, que se realizou de 21 a 27 de julho, em São Paulo. Escrito ao final do primeiro dia do curso, este artigo se propõe a analisar o processo preparatório e o conteúdo programático proposto.

Na edição de setembro, será publicado um balanço mais completo do processo de construção do curso e dos resultados efetivamente alcançados, bem como o planejamento das próximas etapas do processo de construção da Escola de Quadros da AE.

Em primeiro lugar há que se ressaltar a resposta da militância da corrente à convocatória de realização do curso. Aproximadamente trinta militantes de 14 estados da federação se fizeram presentes, o que não é pouco em se considerando a pressão do período eleitoral e os apelos de toda ordem que comumente têm relegado os esforços de formação política e elaboração teórica ao segundo plano.

O propósito deste primeiro curso da Escola de Quadros da AE é lançar as bases para a sistematização de um processo de formação permanente no interior da corrente.

O desafio colocado é encetar este processo em estreita consonância com os objetivos estratégicos da AE, em diálogo com as necessidades e problemas práticos vividos pela militância partidária.

A reafirmação do caráter estratégico do PT e de sua vocação socialista nos coloca o desafio de proceder, de forma acurada, uma leitura das tendências do desenvolvimento capitalista atual e tirar as lições da história das tentativas de construção do socialismo do século XX.

Este processo de debate e elaboração é imprescindível se queremos orientar a construção de uma nova estratégia para o PT, capaz de cumprir nesta nova conjuntura histórica que atravessamos o papel progressivo que a “estratégia democrática e popular” a seu modo cumpriu na década de 80.

É fato que nos propomos a isto num Partido que é mais permeável às pressões das classes sociais antagônicas do que era o PT na década de 80. Também o fazemos num cenário em que pesa sobre a classe trabalhadora o resultado prático da implantação selvagem do neoliberalismo. Mas também é verdade que há sinais importantes de reação a este estado de coisas.

É hora, portanto, de massificar o debate sobre a necessidade histórica de uma nova estratégia para o PT. O curso de formação de formadores da AE terá cumprido seu papel se conseguir caminhar na elaboração coletiva da corrente acerca deste desafio.

*** Arquiteto, dirigente nacional da AE**

Barrar a ofensiva contra o

*Heloiza Egas**

Em junho de 2008, veio à tona um relatório do Ministério Público do Rio Grande do Sul que, entre outras coisas, propunha a criminalização e a dissolução do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O documento foi tornado público depois de ter sido utilizado numa ação criminal contra oito dirigentes do Movimento naquele estado, e tornado objeto de discussão pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

A divulgação ocorreu quase simultaneamente à Jornada de Lutas deflagrada pela Via Campesina, no mês de junho, em diversos estados brasileiros, que protestou contra as conseqüências que o modelo do agronegócio vem trazendo para o meio rural brasileiro e para a sociedade em geral.

Uma simples leitura do noticiário à época revela que as ações da Brigada Militar no RS se tornaram mais violentas justamente naquele período, possivelmente embasadas no dito relatório.

Foram feitas diversas denúncias sobre violência contra manifestantes, num confronto profundamente desigual. Enquanto os promotores gaúchos criticam os sem terra por carregarem foices e machados, a Brigada Militar age com bombas "de efeito moral", balas de borracha e armas de fogo. Sem falar nas milícias armadas contratadas por fazendeiros e grupos multinacionais que protagonizaram episódios de violência contra trabalhadores e dirigentes nos últimos meses, a exemplo do assassinato de uma liderança do Movimento Sem Terra do Paraná, em outubro do ano passado, num confronto com uma empresa responsável pela segurança de um campo da transnacional Syngenta.

As partes do relatório que foram amplamente divulgadas pela imprensa e pelo próprio MST sugerem uma espécie de 'saudosismo autoritário', ao associar ações do Movimento a atos terroristas, que estariam bem distantes do seu objetivo principal, a democratização do acesso a terra e a realização da reforma agrária.

O relatório do Ministério Público gaúcho sugere ainda que alguns acampamentos foram montados para atuarem como uma espécie de "base de operações" do MST, o que lembra as acusações feitas contra movimentos como as Ligas Camponesas e as comunidades de Trombas e Formoso, durante as décadas de 1950 e 1960. Na visão dos autores do relatório, os acampamentos visariam se tornar áreas "autônomas", para ali implantar o regime comunista, justificando, assim, uma intervenção militar.

Algumas outras "conclusões" do relatório chegam a desafiar a inteligência de quem acompanha minimamente a trajetória do MST na luta pela terra. É o caso da sugestão de cassação do registro eleitoral de militantes que estejam promovendo o "desequilíbrio da situação eleitoral" (sem, no entanto, definir "desequilíbrio"). É o caso, ainda, da proposta de intervenção em escolas que funcionam dentro de assentamentos. Além disso, o relatório ressuscita as velhas acusações de desvio de verbas públicas, fato esse que, mesmo com a exaustiva investigação promovida pela CPMI da Terra, em 2005, que contou com o ostensivo apoio da bancada ruralista do Congresso Nacional, não conseguiu ser provado.

Não obstante, a Constituição Federal de 1988 assegurou tanto o direito à livre associação e mobilização, como – ainda que com suas limitações – a função social da propriedade (que inclui o aproveitamento do solo, a utilização adequada dos recursos naturais, a observância da legislação trabalhista e a forma de exploração que beneficie proprietários e trabalhadores rurais), tornando um dever do Estado a viabilização da reforma agrária.

Nesse sentido, as ações de protesto e ocupação de fazendas e campos experimentais de empresas transnacionais, de prédios públicos e propriedades improdutivas possuem como principal objetivo chamar a atenção da sociedade para o problema fundiário, que é parte da história brasileira e jamais foi solucionado.

A defesa absoluta do direito de propriedade e a utilização sistemática do Estado e de milícias privadas como instrumentos repressivos das lutas dos trabalhadores rurais tornam a questão crônica, que se aprofunda à medida que avançam as relações capitalistas no meio rural brasileiro.

Exploração intensiva do solo, o uso de agrotóxicos, de sementes transgênicas (sem o real conhecimento das conseqüências para seres humanos e a biodiversidade), danos ao meio ambiente, expulsão de milhares de trabalhadores rurais de suas terra, aumento dos conflitos no campo, denúncias de trabalho escravo nas fazendas controladas pelas transnacionais, são alguns dos danos causados por tal modelo agrícola, que tem no mercado exportador seu principal foco, representando hoje cerca de 25% do PIB brasileiro e um dos pilares de sustentação da política macroeconômica do governo.

Em contrapartida, a insuficiência de políticas públicas voltadas à população rural fez com que o MST assumisse parte das obrigações estatais no que tange à questão agrária, através de convênios de assistência técnica, criação de cursos técnicos e superiores, promoção da cultura etc.

MST

➧ Isto torna a luta pela reforma agrária muito mais ampla do que quando o Movimento surgiu, no início da década de 1980. Assim, é natural que as ações tenham um caráter diferenciado do que possuíam há quase 25 anos atrás, o que inclusive demonstra um amadurecimento das posturas dos dirigentes e até mesmo da base social.

Além disso, com o avanço do agronegócio e das empresas estrangeiras no meio rural, cresce, consequentemente, a disputa por terras férteis, evidenciando o caráter classista dessa disputa.

Os promotores do Ministério Público gaúcho, responsáveis pelo caso, alegam que agem no estrito dever legal, e que as manifestações transcendem o objetivo de um movimento social, sendo caracterizadas como ilegais. Mas, considerando que a Constituição assegura o cumprimento da função social da propriedade e garante que é um dever do estado a realização da reforma agrária, é de perguntar: se as mobilizações do MST visam exatamente a esses objetivos, onde estará a conduta ilícita que sugere sua "dissolução"?

A ação do Ministério Público gaúcho, neste caso, como informa uma nota da coordenação estadual do Movimento Sem Terra no Rio Grande do Sul, parece estar muito mais relacionada com a intensificação das mobilizações não só do MST, mas do conjunto dos movimentos que compõem a Via Campesina naquele estado; e também a uma estratégia do poder executivo no Rio Grande do Sul (que, diga-se de passagem, encontra-se em grave crise institucional, com diversas denúncias de corrupção entre seus dirigentes) para frear mobilizações que comprometam a ação de empresas transnacionais do agronegócio.

Apesar de toda a ofensiva, corroborada pelos grandes meios de comunicação, têm sido freqüentes as manifestações de diversos setores da esquerda brasileira, através de diversos atos públicos e cartas de solidariedade, e também da sociedade em geral. Militantes políticos, parlamentares, intelectuais brasileiros e estrangeiros, artistas, entre outros, têm dado declarações de apoio às ações do Movimento e à sua contribuição na luta pela terra e pela garantia de acesso aos direitos sociais mais básicos.

É preciso denunciar o caráter desta ofensiva do MP gaúcho, que atenta contra a ordem democrática. Ao buscar a criminalização do MST, dá um passo em direção a coibir toda e qualquer forma de mobilização social legítima. Mobilizações que, vale dizer, são fruto de intensas lutas sociais pela instauração de um regime democrático no País, que ainda parece cambalear diante do mandonismo e das relações clientelistas entre classes dominantes e o Estado.

*** Militante da AE/BA e mestranda em Ciências Sociais na UFBA**

ELEIÇÕES 2008

Pragmatismo crescente

As estatísticas vão confirmando: na maioria das cidades brasileiras, prevaleceu o pragmatismo na formação das alianças eleitorais. Num número significativo, que pode chegar perto de 20% do total de municípios, o pragmatismo foi até o seu limite: alianças entre partidos adversários em âmbito nacional.

Entretanto, se o universo de cidades analisado for mais restrito, ou seja, se focarmos não em todos os municípios brasileiros, mas sim nos municípios mais importantes (tal como as capitais, cidades com mais de 200 mil eleitores e cidades que retransmitem programas de televisão), o quadro fica diferente.

Mais importante ainda: neste universo, os principais aliados do PT são os partidos de esquerda (PCdoB, PSB, PDT). E não, como defendiam alguns, o PMDB. Outra diferença: nas principais cidades, onde o PT tem a cabeça de chapa, o PSDB não apóia. E vice-versa, onde o PSDB tem a cabeça de chapa, o PT não faz parte da coligação.

É preciso ver como vai ser a campanha eleitoral e, principalmente, seus resultados, mas desde já se pode dizer que três ensaios não passaram no test-drive. O primeiro deles foi o ensaio de uma aliança prioritária do PT com o PMDB. O segundo foi o de um "bloco de esquerda" que se contraporia ao PT. O terceiro foi o de uma aliança entre PT e os tucanos.

Nada impede, é certo, que os defensores destas políticas de aliança voltem à carga. No caso da aliança PT-PSDB, isto dependerá do que vai passar em Belo Horizonte, onde um amplo setor do PT chegou a conclusão de que o pau de dói em Chico, também dói em Francisco. Se o prefeito Pimentel se considera no direito de desrespeitar publicamente o seu Partido e praticar publicamente uma aliança com o PSDB do governador Aécio Neves, então os militantes petistas têm o direito e o dever de, também publicamente, apoiar a candidatura de Jô Moraes, do PCdoB. Aliás, quando fechávamos esta edição. Jô Moraes liderava as pesquisas de opinião em Belo Horizonte.

Seja qual for o resultado da eleição municipal, entretanto, uma coisa é certa: o pragmatismo eleitoral avançou enormemente no interior do PT. Se não houver uma reação, desde já, inclusive com intervenção em direções municipais; mas principalmente uma mudança na política e nas regras internas, o PT vai sofrer uma desfiguração tão grande que pode se tornar, no médio prazo, irreconhecível.

Divulgação

A fotografia ao lado registra um momento do "encontro de bandeiras" tucanas e petistas, promovido por Pimentel e Aécio. Um desdobramento da degeneração impulsionada pelo prefeito sainte de Belo Horizonte

A organização social dos

Altemir Viana*

A pesca é uma das atividades humanas mais importantes do Brasil, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para parte significativa de sua população, especialmente a que reside nas margens dos rios e litoral da costa brasileira.

Vejamos de forma sintética o histórico da relação estabelecida entre a pesca, os pescadores e o Estado. Em 1534, registra-se o "Dizimo do Pescado", que era uma taxa de 10% de tudo que era produzido na terra e no mar. Este dízimo era pago para a Coroa de Portugal, por intermédio de padres jesuítas que recolhiam esta taxa da população. O "Dizimo" deixou de existir após a fundação das colônias de pescadores e a substituição do dizimo pelas mensalidades.

Em 1817, por intermédio de Decreto, o rei de Portugal D João VI mandou organizar as primeiras colônias de pescadores, que eram áreas demarcadas para o funcionamento das Vilas de Pescadores, devendo ser administrada pela Marinha Portuguesa.

A primeira colônia de pesca do Brasil denominava-se "Nova Ericeira" e foi criada na enseada de Garoupas, município de Porto Belo, estado de Santa Catarina.

O discurso instituído para fundar as colônias baseou-se na Defesa Nacional, pois ninguém conheceria melhor do que os pescadores, empiricamente, os "segredos" do mar e, assim, como defender nossa costa dos perigos de invasores.

O lema adotado pela Marinha para a fundação das colônias de pescadores foi: Pátria e Dever, evidenciando a influência do pensamento positivista.

Em 1919 é que foi delegada uma missão exclusivamente para cruzar a costa nacional e criar quantas colônias fossem possíveis, a fim de listar os pescadores, potenciais contingentes de guerra. Em contrapartida o Estado prestava serviços gratuitos em embarcações, doava redes e oferecia serviços de saúde.

As colônias eram definidas como agrupamento de pescadores ou agregados associativos. Para poder desenvolver a atividade pesqueira os pescadores eram obrigados a se matricular nas colônias.

Em 1920 foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil. Até então, as relações instituídas entre pescadores e Estado se caracterizavam pelo paternalismo e pelo assistencialismo.

A atual estrutura do sistema de colônias se dá da seguinte forma: existe a Confederação Nacional de Pescadores (CNP), com sede em Brasília, cuja atuação não tem correspondido aos anseios dos pescadores artesanais. Nos estados, a categoria é "representada" pelas Federações dos Pescadores e, no âmbito municipal, pelas colônias, cuja história confirma um grande atrelamento ao Estado, a fim de se beneficiar das benesses ofertadas.

Os presidentes dessas entidades são, em sua maioria, pessoas estranhas à categoria, geralmente um comerciante, servidor público ou pessoa de confiança dos políticos locais.

Foto: www.itaipu.gov.br

Para ser presidente de qualquer entidade sindical, a primeira exigência é que o candidato seja da categoria. No caso dos pescadores esta regra não funciona. Qualquer cidadão, independente da profissão, pode se filiar à colônia e chegar até o posto de presidente da entidade, aliás é o que geralmente acontece.

Historicamente, como vimos, os pescadores estão estritamente organizados e vinculados aos governos; desde o inicio de sua organização os pescadores foram tutelados e subordinados ao Estado.

Com o processo de redemocratização ocorrido ao longo dos anos 1980, quando a esquerda brasileira se organizava e retomava os movimentos sociais para o campo democrático e popular, fazendo um movimento de retomada dos sindicatos urbanos e rurais, as entidades de pescadores continuaram com o mesmo processo de subordinação e tutela do Estado.

O setor ficou à margem e não obteve atenção do movimento de esquerda, tendo como conseqüência a permanência, na frentes das entidades de pescadores, de "lideranças" clientelistas, assistencialistas e conservadoras. Muitos dessas lideranças estão à frente das colônias e federação há mais de 20 anos.

As entidades de pescadores estão organizadas segundo uma legislação inadequada. As colônias são regidas pela Portaria 471 de 1973; as federações e confederações pela Portaria nº 323 do Ministério da Agricultura, de 1975. As colônias se mantiveram sob a denominação de "sociedade civil", porém, subordinadas ao controle do Estado, das Federações e da Confederação Nacional de Pescadores. Estes estatutos ainda prevalecem, até o dia de hoje, em muitas colônias do país, contradizendo a Constituição Federal de 1988 e código civil de 2002.

No ano de 1985, a Confederação Nacional de Pescadores fez uma convocação a todas as Federações Estaduais e colônias para a formação do "Movimento Constituinte da Pesca". Este movimento teve como finalidade discutir, elaborar e apresentar propostas aos deputados e senadores constituintes, reivindicando a inclusão das propostas dos pescadores artesanais na nova Constituição.

Com a promulgação da Constituição Federal, a finalidade para a qual a "Constituinte da Pesca" foi convocada se exauriu. Os pescadores, porém, estavam certos da necessidade de que precisavam lutar para garantir os seus direitos, sendo assim criaram o Movimento

pescadores

Nacional dos Pescadores – MONAPE, que tinha como objetivo principal assessorar as entidades de pescadores e conquistar novas direções das colônias de pescadores.

Outra entidade de destaque é a Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP ligada à Igreja Católica, que assessora o movimento de pescadores artesanais.

Em função da dificuldade de garantir maior transparência e democracia nas colônias de pescadores, ocorreram divisões internas e iniciou-se um processo de formação de outras entidades de representação da categoria.

Ocorreu uma proliferação de Associações de Pescadores e em alguns estados a criação ou a transformação de colônias em Sindicatos de Pescadores.

Do ponto de vista econômico, criaram-se as cooperativas de pesca, que têm maior foco na produção, beneficiamento e comercialização do pescado. Atualmente temos cerca de 870 colônias, 759 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas (Fonte: SEAP/PR/2008), representado um contingente de 600 mil pescadores em todo o país. Sendo que muitas dessas entidades estão organizadas no mesmo município ou base territorial. No entanto, existe o princípio da unicidade sindical, inscrito no inciso II do art. 8º da CF/88, que permite somente uma organização sindical por categoria profissional ou econômica na mesma base territorial, não podendo a referida área de atuação ser inferior à de um município.

Para arbitrar e definir quem de fato é a entidade legalmente constituída naquele território, a Constituição estabelece que deverão ser considerados os seguintes critérios: maior número de associados; serviços sociais fundados e mantidos e o valor do patrimônio.

Quase vinte anos após a Constituição Federal, exatamente no dia 13 de junho, foi sancionada a lei 11.699 que dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal, que equipara as colônias a sindicatos rurais.

O avanço da lei 11.699 foi a garantia de autonomia das colônias de pescadores, vetando que a confederação e as federações possam interferir e intervir na sua organização. Pois, até então, as federações podiam fazer intervenções nas colônias e os presidentes só poderiam tomar posse após aprovação da diretoria das federações. Segue a seguir transcrito: “Art. 5º – As colônias de pescadores são autônomas, sendo expressamente vedado ao poder publico, bem como as Federações e a confederação a intervenção na sua organização. Parágrafo único – É vedada a Confederação Nacional dos Pescadores a interferência e intervenção na organização das Federações Estaduais de Pescadores”.

A disputa da base social

Agora todos terão que se adaptar e adequar seus estatutos conforme a legislação vigente.

Em nossa avaliação, os movimentos sociais, sindicatos, pastorais sociais, a Central Única dos Trabalhadores e os militantes do PT têm uma grande responsabilidade: fazer a disputa dessa base social que são os pescadores artesanais, que sempre ficaram a margem das políticas públicas, conquistando as entidades para o campo da esquerda, com o intuito de libertá-los da amarras dos “pseudo”-dirigentes que se aproveitam da falta de formação política e da exclusão dessas pessoas para dominá-las e explorá-las.

Marcello Casal Jr-ABr

Gregolin, Ministro da Pesca

Sugerimos, portanto, que o Partido dos Trabalhadores e a CUT criem um espaço coletivo, seja núcleo, secretaria ou setorial em sua estrutura, nos níveis nacional e estadual, tendo os seguintes objetivos:

1) elaborar uma política de conquistas das entidades de pescadores e fazer o acompanhamento contínuo;

2) elaborar um programa de formação política para novas lideranças, apoiar a alfabetização de jovens e adultos, capacitação sob o foco da economia solidária;

3) disputar as colônias de pescadores pela base e fomentar a criação de sindicatos de pescadores onde não há colônia, fazendo a filiação à CUT.

Essas ações devem ser norteadas pelo princípio da luta pela autonomia e independência dos pescadores e pescadoras e pela transformação da sociedade atual, mais justa, igualitária e socialista.

Está lançada a “isca”, resta saber se vamos fazer uma boa pescaria.

*** Dirigente nacional da AE**

Ao longo de seus quinze anos de vida, a Articulação de Esquerda produziu diversos documentos e resoluções, por ocasião dos encontros e congressos partidários, da eleição direta das direções partidárias, dos congressos da União Nacional dos Estudantes, da Central dos Movimentos Populares e da Central Única dos Trabalhadores, além de artigos publicados no jornal Página 13 e resoluções aprovadas pelas plenárias e reuniões da direção nacional da AE.

As principais resoluções da Articulação de Esquerda, de sua fundação em 1993 até a Segunda Conferência Nacional em 1999, foram reunidos na coletânea Socialismo ou Barbárie (Editora Viramundo, 2000).

As resoluções da Terceira até a Sexta conferência foram publicadas no livro “Novos Rumos para o governo Lula” (Editora Página 13, 2004). As resoluções da Sétima até a Nona conferência da AE foram publicados em livretos.

Este livro contém a resolução aprovada pela Décima Conferência nacional da Articulação de Esquerda, realizada em maio de 2008, em Nova Almeida, município de Serra (ES).

O livro pode ser solicitado através do endereço eletrônico:

chaves.sirlei@gmail.com

Convergência conservadora

Jonas Valente

O novo modismo tecnológico é a convergência digital de mídias. Com a ampliação do suporte digital para as informações, som, imagem e texto passaram a poder transitar por uma mesma plataforma de distribuição e serem acessados por um único dispositivo. A possibilidade de falar, acessar a internet, ver televisão, ouvir rádio e fotografar em um aparelho de celular é o exemplo mais explícito deste fenômeno. Com isso, as fronteiras antes claras entre serviços como televisão, telefonia e internet nublam em favor de novas potencialidades.

Frente a esta situação, o governo federal tem optado por beneficiar os grandes grupos comerciais. Até agora as iniciativas têm se limitado ao plano dos serviços de telecomunicações, mantendo a distancia costumeira do governo Lula de embates com as redes de televisão.

O novo modelo é baseado em dois pilares: (1) uma operadora nacional de grande porte a partir da fusão da Brasil Telecom com a Oi; e (2) a ampliação da oferta de banda larga no país.

Elza Fiúza-ABr

Costa: beneficiando os grandes

Para viabilizar o primeiro, o governo entrou como principal fiador financeiro da fusão com investimentos do BNDES na reestruturação acionária da Oi e com empréstimos de R$ 4,3 bilhões do Banco do Brasil à empresa para concretizar a compra. O Palácio do Planalto também patrocinou a operação que resultou na retirada dos processos de acionistas da Brasil Telecom contra Daniel Dantas e permitiu ao banqueiro sair com R$ 1 bilhão da venda de suas ações.

Não bastasse isto, o governo está patrocinando em ritmo recorde a mudança das normas que impedem uma concessionária de telefonia fixa de comprar outra.

É neste processo em que o governo tenta emplacar a outra diretriz do novo modelo. Há cerca de três meses o governo mudou o plano de metas de universalização para que, ao invés de serem obrigadas a instalar pontos de telefonia em todas as localidades do país, as operadoras tenham de implantar redes de provimento de banda larga em todos os municípios.

Descartou-se a universalização de um serviço que foi financiado pelos brasileiros pelo pagamento da assinatura básica nas contas de telefone, para que as operadoras possam ganhar dinheiro com a oferta de acesso à internet.

No acordo que resultou no novo modelo, o governo abriu mão de investir em uma infraestrutura própria para ficar com conexão "gratuita" em 55 mil escolas. Mais uma vez o governo Lula confirma o conservadorismo na área das comunicações.

*** Jornalista e militante petista**

Mídia pública: muito por fazer

Jonas Valente

Concluiu-se a primeira etapa da transição da antiga estrutura de comunicação pública do governo federal para a nova, centrada na Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Dois episódios marcaram esta passagem: a incorporação administrativa da Radiobrás – que geria os canais do governo em Brasília – à EBC e a saída dos diretores Orlando Senna e Mário Borgneth do quadro dirigente do órgão.

O primeiro deu consistência estrutural e financeira à nova corporação, permitindo as medidas necessárias à operação de seus canais, em especial da TV Brasil. O segundo encerrou a queda-de-braço entre os grupos ligados ao Ministério da Cultura e ao ministro Franklin Martins, selando a hegemonia do segundo. Mas a meta de constituir um aparato efetivamente público de comunicação continua distante.

Na gestão, o Conselho Curador prima pela falta de transparência, ao não abrir suas reuniões ao público e não disponibilizar as atas na internet. A Ouvidoria, único instrumento de participação anunciado para além do Conselho, ainda não foi instalada. Outros mecanismos, que poderiam ampliar a incidência popular nas emissoras, como comissões de telespectadores, comitês de jornalismo ou consultas públicas sobre decisões da empresa, sequer são cogitados.

A programação da TV Brasil ainda é uma mistura entre as grades antigas da TV Nacional, de Brasília, e TVE, do Rio de Janeiro. Entre as novas atrações estão: o telejornal "Repórter Brasil", o programa de entrevistas "De lá pra cá" e os jornalísticos "Caminhos da reportagem" e "100% Brasil". Para o segundo semestre, estão previstas catorze novas atrações.

Está neste conteúdo os maiores avanços da emissora, combinando gêneros diversos e abrindo espaços para produções que mostram lugares (como África e América Latina) e abordagens ausentes da televisão comercial brasileira.

Após ser consolidada, a grade vai enfrentar o desafio de angariar audiência para superar a posição marginal que marca a história dos meios públicos no Brasil.

Hoje, as emissoras (não só as de televisão, mas também as de rádio) estão limitadas a quatro cidades (Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e São Luís). É fundamental que a migração da nova emissora para a tecnologia digital permita sua presença na maior parte do território nacional.

Só com alcance, participação e diversidade, as emissoras da EBC podem cumprir a promessa de constituir uma rede de mídia que faça frente ao monopólio comercial.

O pensamento crítico respira

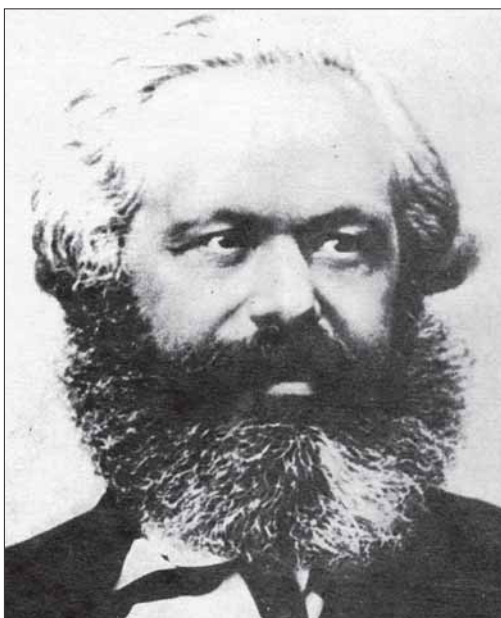
*Paulo Denisar Fraga**

A volta da Filosofia no Ensino Médio tem um valor histórico, por resgatar uma questão que foi banida pela ditadura militar em 1971, retornando somente agora (no dia 2 de junho de 2008), sob a sanção do presidente em exercício, José de Alencar.

Ao lado do retorno da Sociologia, é uma contribuição educacional decisiva para o desenvolvimento da consciência crítica e criativa na formação dos jovens, justamente num momento em que a amplificação do mundo das informações se dá sob as "lógicas de resultado" impostas pelo mercado, que impõem às pessoas comportamentos e modos de racionalidade cada vez mais irrefletidos e automáticos.

Os grandes dilemas do mundo contemporâneo (desigualdade social, crise ecológica, violência, etc.) exigem uma formação acadêmica e científica sob o princípio da responsabilidade para com os destinos da humanidade.

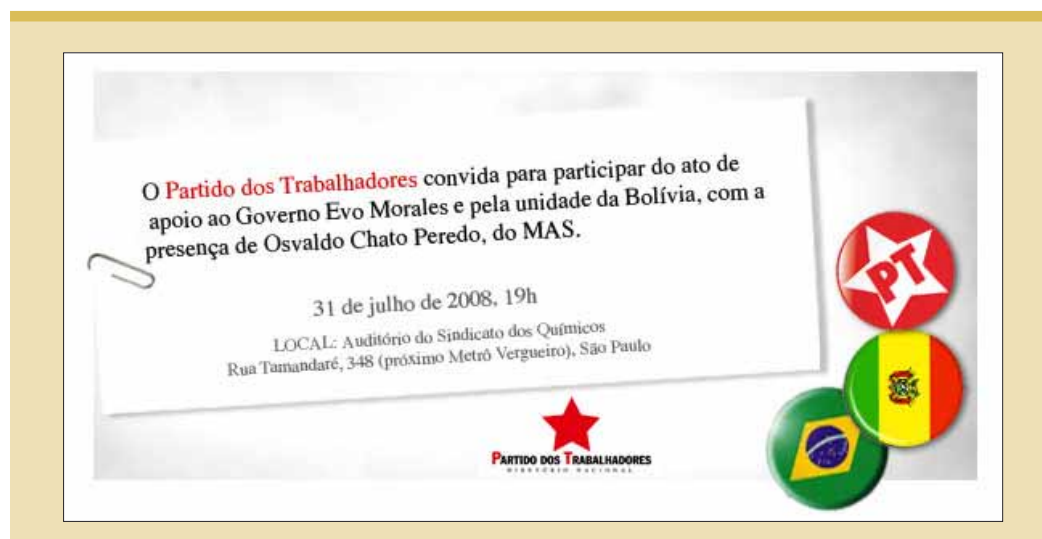
O retorno da Filosofia e da Sociologia amplia em muito o espaço de trabalho para jovens que se interessam por essas áreas do conhecimento, rompendo com o mito conservador de que não há futuro profissional nesses métiers. Como nunca, hoje, em vários Estados brasileiros, estão ocorrendo concursos para a docência nessas áreas. Há tanto espaço que o governo FHC vetou o retorno da Filosofia e da Sociologia, sob o argumento de que não haveria profissionais suficientes para cobrir a demanda escolar. Entretanto, deve-se sublinhar que o Brasil ainda precisa enfrentar com a devida seriedade o problema da pouca valorização profissional e salarial do professor da educação básica, independente da área de atuação. Pois é aí que reside o principal entrave da pouca expectativa dos jovens, não pela Filosofia ou pela Sociologia, mas pelas licenciaturas como um todo.

Hoje, no Brasil, novos cursos de graduação em Filosofia estão sendo criados, como é o caso da Universidade Federal de São Paulo. Assim como novos cursos de mestrado e doutorado em Filosofia. Há trinta anos era necessário procurar um doutorado de excelência no exterior. Hoje o Brasil alcançou esse nível de qualidade na produção e na pesquisa. Sincronicamente, uma nova atenção está

Divulgação

Barba e costelas que sempre dão o que pensar

sendo dada em termos de publicações mais acessíveis ao grande público, como coleções de obras clássicas de Filosofia, e mesmo de um amplo conjunto de novas revistas temáticas no modo magazine, ambos vendidos em bancas de revistas. Mesmo no cinema e na televisão, a Filosofia e a Sociologia começam a ter um lugar revalorizado na esfera pública.

O pensamento reacionário, saudoso dos idos anos da ditadura, apoiado na canga hiper-ideológica da suposta neutralidade do conhecimento, sugere que o retorno obrigatório do ensino dessas disciplinas na formação média será apenas uma "lavagem cerebral". Para o obscurantismo, incentivar o senso crítico já é ferir a racionalidade e o pensamento. Nada de novo! Mas, talvez, por isso valha lembrar Adorno, que em suas últimas lições reiterava sua luta para que a Filosofia e a Sociologia nunca ficassem distantes uma da outra. De fato, há que se dar bons motivos para a oposição ferrenha do pensamento estacionário. E um deles é enfrentar com força a fragmentação instrumental do saber, defendendo a inter-relação humanística entre as várias áreas do conhecimento. Ajudar a romper as redomas da tacanha lógica do mercado no terreno das idéias e do ensino é fazer o pensamento crítico respirar.

*** Professor de Filosofia**

Na Bahia, pela esquerda

Nesta entrevista ao Página 13, o deputado estadual Yulo Oiticica (PT/BA) fala das eleições municipais de Salvador e da Bahia. Segundo Yulo será a oportunidade do PT ampliar a sua base política e eleitoral em todo o estado, além de eleger em Salvador o prefeito Walter Pinheiro e o vereador Paulo Mota, para implementar no âmbito municipal a política já aprovada pela população no Governo Federal e Estadual.

Yulo, Paulo Mota, Walter Pinheiro e Nelson Pelegrino: Salvador vota PT

P13 – Qual é o cenário que o PT disputa a eleição para prefeitura de Salvador?

Yulo Oiticica – Hoje temos um saldo positivo grande, creditado ao longo desses seis anos de governo Lula, que demonstrou como é possível administrar um país, invertendo prioridades e priorizando aqueles que sempre foram esquecidos com políticas não apenas emergenciais e de reparação, mas também estruturais, como a possibilidade de todos terem energia elétrica, comer três vezes ao dia, universidade como direito fundamental, uma série de programas para crianças e adolescentes. A Bahia também "surfa" nesta onda. Ou seja: a vitória do companheiro Jacques Wagner se deu pelo sucesso do governo Lula e também pelo fracasso de um projeto político ultrapassado e completamente esgotado, que era o carlismo. Um ano e meio de governo Jacques Wagner e iniciamos um processo eleitoral em Salvador. Portanto, o melhor momento do PT na capital baiana. O companheiro Walter Pinheiro é referência do PT na Câmara Federal, sendo o coordenador da bancada dos deputados nordestinos na Câmara. O PT vive um espírito de consenso e unidade, assumindo toda a responsabilidade que lhe cabe neste cenário propício para construirmos um projeto coletivo e petista. Isso nos conduz naturalmente para um bom debate. Salvador é a terceira capital brasileira e uma das cidades com um dos piores índices de desigualdade social do país. O atual governo municipal – que finda este ano – não teve a capacidade de chegar até a periferia, de enfrentar as questões sociais mais graves. E mais ainda: não foi capaz de conceber uma nova forma de gerir o poder, de maneira participativa e transparente. Não tenho dúvida que iremos enfrentar essas eleições com a convicção de que venceremos e faremos uma administração participativa e popular, assim como a política implementada pelo governo Lula no Brasil e o governo Jacques Wagner na Bahia. Agora é a hora de Salvador experimentar a maneira petista de governar.

P13 – Quais são perspectivas do Mandato Popular Deputado Yulo Oiticica para essas eleições?

Yulo Oiticica – Nós estamos no 3º mandato. Dois na oposição e o primeiro na base de governo, assumindo hoje a vice-liderança da bancada do governo na Assembléia Legislativa. Sem dúvida, a expectativa perante as demandas represadas e herdadas pelo governo Jacques Wagner constituem um desafio muito grande que está em nossas mãos. Um dos grandes empecilhos que temos é que, apesar de dirigirmos as políticas federais e estaduais, apesar de termos 10 secretários petistas no governo Jacques Wagner e 10 parlamentares na base de governo, nós temos apenas 22 prefeituras petistas perante 417 municípios baianos. Portanto, a necessidade de fincarmos o pé nas Câmaras de Vereadores e nas Prefeituras é fundamental. E nosso mandato tem uma expectativa muito grande para essas eleições em todo o estado, especialmente, na capital baiana, que é a grande referência e gera um impacto muito grande em toda a realidade política e eleitoral da Bahia. Nós temos uma série de candidaturas petistas dirigidas pelo nosso campo político interno e uma candidatura da Articulação de Esquerda para a Câmara de Vereadores, que é o companheiro Paulo Mota, forjado na luta dos movimentos sociais, líder do movimento estudantil e de vários movimentos sociais e que tem a cara da cidade de Salvador. Sem dúvida, um companheiro preparado para fazer verdadeiramente da Câmara de Vereadores um espaço de disputa social e política do PT, que deixou muito a desejar, inclusive em relação a presença do PT naquela casa. Nós precisamos reconquistar a Câmara Municipal também como quilombo de resistência do povo negro de Salvador e dos movimentos sociais, portanto, uma cidade de esquerda.

P13 – A perspectiva de eleger uma candidatura com o perfil do companheiro Paulo Mota significa eleger um mandato similar ao seu, baseado na experiência popular de atuação no parlamento?

Yulo Oiticica – Não tenho dúvida, Estamos fazendo 10 anos de mandato. Somos verdadeiramente uma experiência popular no parlamento. E o companheiro Paulo Mota será essa referência na Câmara de Vereadores de Salvador. Não só de formulações legislativas, mas do bom debate com a sociedade. E Paulo Mota é um companheiro que tem dedicado a sua vida verdadeiramente aos movimentos sociais, principalmente, nos últimos 15 anos, legitimando quando eleito à democracia representativa e estimulando a democracia participativa para que o povo ultrapasse o papel de eleitor para o papel de cidadão ativo na formulação das políticas públicas que a nossa capital precisa.